

Comunicado

Em conformidade com a Lei Complementar 846, de 04-6-1998

Balanco Patrimonial - Ambulatório Médico de Especialidades "Olavo Silva Souza" - Ame Itu - Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim".

Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. Joao Amorim" - Ambulatório Médico de Especialidades Olavo Silva Souza - AME ITU

CPF: 06.618.267/0020-46
Demonstrações Financeiras

Balanco Patrimonial do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020 (em Reais)

Ativo	Notas		2020
	2020	2020	
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.556.313,87	
Adiantamentos a Empregados	5	3.850,73	
Impostos Recuperáveis	6	783,67	
Outros Créditos	6	1.198,00	
Estoques	7	83.476,86	
Despesas Antecipadas		5.948,03	
		1.651.571,16	
Ativo Não Circulante			
Imobilizado	8	110.331,52	
Intangível	9	3.960,00	
		114.291,52	
Total do Ativo			1.765.862,68

Demonstrações Financeiras

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas		2020
	2020	2020	
Passivo Circulante			
Fornecedores	10	414.236,36	
Obrigações Trabalhistas	10	169.396,41	
Obrigações Sociais e Fiscais	11	94.644,35	
Contas a Pagar	12	2.396,00	
Provisões para Férias e Encargos	12	267.196,67	
Provisões para Contingências	13	140.933,09	
		1.088.802,88	
Passivo Não Circulante			
Bens Públicos em nosso poder	14	114.291,52	
		114.291,52	
Patrimônio Líquido			
Dotação Inicial	15	(135.703,56)	
Superávit do Exercício		698.471,84	
		562.768,28	
Total do Passivo e Patrimônio Líquido			1.765.862,68

Demonstração do Resultado do Período Findo em 31 de Dezembro de 2020 (em Reais)

Notas		2020
2020	2020	
Receitas Líquidas	16	9.501.013,06
Contrato de Gestão nº 2416901/2019	17	9.451.017,95
Realização de Bens Públicos em nosso poder		60.325,41
(-) Repasse destinado à aquisição do imobilizado		(10.324,80)
Custos		(8.597.729,53)
Pessoal e Reflexos	19	(3.379.212,94)
Serviços Terceirizados	20	(4.801.215,89)
Medicamentos e Materiais de Consumo	21	(417.300,70)
Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal)	26	(683.867,97)
(-) Isenção da CPP Usufruída	26	883.887,97
		903.283,53
(=) Resultado Bruto		(248.282,14)
Despesas		
Impostos, Taxas e Contribuições		(1.628,41)
Despesas Gerais	22	(246.653,73)
		41.116,88
Outras Receitas Operacionais		16,64
Receitas com Doações		16,64
Outras Receitas		41.100,24
(=) Resultado Antes das Rec/Desp Financeiras		696.118,27
Resultado Financeiro	18	2.353,57
Receitas Financeiras		8.719,14
Despesas Financeiras		(6.365,57)
Superávit do Exercício	11	698.471,84

Demonstração do Patrimônio Líquido para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020 (em Reais)

Dotação Inicial	Superávit	Líquido
Saldo em 01 de fevereiro de 2020		-
Dotação Inicial		(135.703,56)
Superávit do Exercício	- 698.471,84	698.471,84
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (135.703,56)	698.471,84	562.768,28

indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A administração da entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão. **3.f) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.g) Patrimônio líquido:** Representa o patrimônio inicial da entidade, acrescido ou reduzido dos superávits ou déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1. **3.h) Recultivos:** As receitas da entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redução da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **3.i) Despesas:** As despesas da entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais. **3.j) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros. **3.k) Apuração do resultado:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Demonstração dos Fluxos de Caixa do Período Findo em 31 de Dezembro de 2020 (em Reais)

Atividades Operacionais	Notas	2020
Superávit do Exercício		698.471,84
Dotação Inicial (Aumento) ou Redução do Ativo		(135.703,56)
Adiantamentos a Empregados		(3.850,73)
Impostos Recuperáveis		(783,67)
Outros Créditos		1.198,00
Despesas Antecipadas		(5.948,03)
Aumento ou (Redução) do Passivo		
Fornecedores		414.236,36
Obrigações Trabalhistas		169.396,41
Obrigações Sociais e Fiscais		94.644,35
Provisões para Férias e Encargos		267.196,67
Provisões para Contingências		140.933,09
Outras Obrigações		140.933,09
Caixa Líquido gerado nas Atividades Operacionais		1.556.313,87

1. Contexto Operacional: O Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1977, com os Estatutos Sociais originários devidamente registrados no 3º Registro de Títulos e Documentos do Cartório da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, portadora do Certificado de entidade de Fins Filantrópicos, concedido por esse mesmo órgão, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/198, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/198, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 68.518.267/0001-83. O CEJAM qualificado como Organização Social de Saúde pelo Governo do Estado de São Paulo, através do Contrato de Gestão - Processo SPOC nº 2416901/2019, firmado com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo em 01 de fevereiro de 2020, assumiu a operacionalização da gestão e execução das atividades de saúde do Ambulatório Médico de Especialidades Olavo Silva Souza - AME Itu com a missão de acolher a população da região, prestando assistência humanizada e eficiente, em conformidade com os princípios do SUS, contribuindo para o Sistema de Saúde. O prazo de vigência do presente Contrato de Gestão será de 5 (cinco) anos, iniciando-se no momento de sua assinatura. Pela prestação dos serviços objeto deste Contrato de Gestão, a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo repassará ao CEJAM o montante global estimado de R\$ 50.691.794,05. Para o exercício de 2020, o montante repassado foi de R\$ 9.451.012,45. Para o exercício de 2021, através do Termo de Aditamento nº 01/2021, assinado em 30 de dezembro de 2020, o montante a ser repassado será de R\$ 2.253.404,51. **2. Bases de Pronõeão das Demonstrações Contábeis: **2.a) Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreende as disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos e às fundações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a RTG 2002 (R1), e a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõem sobre a certificação das entidades beneficiárias de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucro, especialmente entidades beneficentes de assistência social. As mudanças introduzidas pela adoção às novas normas contábeis "CPC 48/IFRS Instrumentos Financeiros" e "CPC 47/IFRS 15 Receita de Contrato com Clientes" não afetaram significativamente as políticas contábeis e suas aplicações não causaram efeito nos saldos contábeis apresentados. **2.b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. **2.d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e pressupostos são revisados de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **3. Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente ao exercício apresentado nessas demonstrações contábeis. **3.a) Instrumentos financeiros: Ativos financeiros não derivativos:** a entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado. **Caixa e equivalentes de caixa:** abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menor, a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Os recursos vinculados representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às obrigações do contrato de gestão, dos seus termos aditivos e outros ajustes que lhe dão origem. **Instrumentos financeiros derivativos:** não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2020. **3.b) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas. Excepcionalmente para o exercício de 2020, em 01 de dezembro de 2020, foram considerados ajustes ao inventário físico o saldo de estoque transferido do antigo gestor para o CEJAM. **3.c) Imobilizações (quando aplicável): Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de reserva de capital "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil econômica dos bens revisada pela entidade. A administração, com base em seu registro consolidado, que compreende o histórico do exercício anterior a este Contrato de Gestão, não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2019. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: Máquinas e equipamentos: 10 anos; Equipamentos de uso médico: 10 anos; Equipamentos de informática: 5 anos; Móveis e utensílios: 10 anos; Veículos: 5 anos. **3.d) Intangível (quando aplicável): Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a. **3.e) Redução ao valor recuperável (impairment): Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva**

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

2020	
Bens Numéricos	
Caixa	1.261,99
Bancos - Aplicações Financeiras	
Banco do Brasil S.A.	1.555.051,88
	1.556.313,87

5. Adiantamentos a Empregados

2020	
Adiantamentos de Férias	3.850,73
6. Outros Créditos	
Aluguéis a Receber	1.198,00
	1.198,00

7. Estoques

2020	
Medicamentos	4.332,78
Material Médico Hospitalar	28.798,17
Materiais de Expediente e Escritório	7.442,90
Materiais de Manutenção	12.112,34
Materiais de Informática	6.626,00
Materiais de Limpeza	1.076,39
Matérias-primas de FPI	1.307,97
Gêneros Alimentícios	2.956,84
Utensílios para Copa	1.071,16
Peças e Acessórios	192,11
Uniformes e Rouparias	7.960,20
	83.476,86

8. Imobilizado

2020	
Imobilizado de Gestão Pública	Taxa
Máquinas e Equipamentos	10% 47.367,45
Equipamentos de Uso Médico	10% 359.236,57
Equipamentos de Informática	20% 203.168,62
Móveis e Utensílios	10% 391.684,68
Veículos	20% 44.750,00
(-) Depreciação Acumulada	(935.875,80)
	110.331,52

9. Intangível

2020	
Direitos de Uso de Sistemas	20% 82.413,37
(-) Amortização Acumulada	(88.453,37)
	3.960,00

10. Obrigações Trabalhistas

2020	
Salários a Pagar	169.396,41
	169.396,41

11. Obrigações Sociais e Fiscais

2020	
INSS sobre Salários a Recolher	18.306,26
FGTS a Recolher	25.029,93
Contr. Sindicais e Assistências a Recolher	82,80
IRRF sobre Salários a Recolher	25.071,59
IRRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	4.687,72
CSRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	15.387,23
INSS sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	4.863,16
ISS sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	1.215,66
	94.644,35

12. Provisões para Férias e Encargos

2020	
Provisão para Férias	247.418,35
Provisão para FGTS sobre Férias	19.778,32
	267.196,67

13. Provisões para Contingências

2020	
Provisões para Contingências Trabalhistas	140.933,09
	140.933,09

14. Bens Públicos em Nosso Poder: A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R\$ 114.291,52 em 2020, refere-se aos valores recebidos da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao estado quando do término do contrato de gestão. O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo. **15. Dotação Inicial:** Em 01 de fevereiro de 2020, foi registrado como dotação inicial o montante de R\$ 135.703,56, decorrente de saldos recebidos na transição das operações do gestor anterior para o CEJAM, sendo esta importância

registrada em suas contas de origem como entrada de saldo em contrapartida da conta de Dotação Inicial, da seguinte forma:

Dotação Inicial	
2020	
Adiantamento de Férias	1.066,52
Banco do Brasil S.A.	90,10
Estoques	75.368,76
Provisões para Contingências Trabalhistas	(212.228,94)
	(135.703,56)

16. Receitas Operacionais Líquidas: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, gross e descontos. A adoção inicial do CPC 47 (R1) do Contrato de Gestão não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente, esta norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentista, hospital, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço.

17. Receita com Contrato de Gestão

2020	
Conta de Gestão nº 2416901/2019	
Fevereiro	859.182,95
Março	859.182,95
Abril	859.182,95
Maio	859.182,95
Junho	859.182,95
Julho	859.182,95
Agosto	859.182,95
Setembro	859.182,95
Outubro	859.182,95
Novembro	859.182,95
Dezembro	859.182,95
	9.451.012,45

18. Receitas e Despesas Financeiras

2020	
Rendimentos de Aplicações Financeiras	8.705,76
Descontos Obtidos	13,38
(-) Tarifas Bancárias	(3.974,70)
(-) Imposos sobre Aplicações Financeiras (-) IOF	(1.878,96)
	2.353,57

19. Pessoal e Reflexos

2020	
Ordenados	2.041.391,01
13º Salários	216.185,73
Férias (incluindo provisão anterior ao contrato de gestão)	479.451,67
Indenizações e Avisos Prévios	29.822,72
Benefícios	358.278,64
Contribuições aos FGTS	254.083,17
	3.379.212,94

20. Serviços Terceirizados

2020	
Serviços Médicos - Pessoas Jurídicas	3.727.583,13
Serviços Diversos - Pessoas Jurídicas	1.073.622,76
	4.801.215,89

21. Medicamentos e Materiais de Consumo

2020	
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	164.547,63
Materiais de Consumo	195.258,71
Materiais de Conservação	29.915,89
Outros Materiais e Insumos	27.578,47
	417.300,70

22. Despesas Gerais

2020	
Telefone	83.551,42
Internet	33.852,24
Aluguéis de Equipamentos e Aparelhos Administrativos	56.331,48
Administrativas	2.824,41
Amortizações e Depreciações	60.325,41
Seguros	9.768,77
	246.653,73

23. Coberturas de Seguros: A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contá

▶ **continuação** conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC). A renovação do Certificado de entidade Beneficiária de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes. **25. Certificação Beneficiária de Assistência Social (Cebas):** O CEJAM, através da Portaria nº 1.109, de 08 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 09 de setembro de 2016, em consideração à Nota Técnica nº 107/2016-CGGER/DCEBAS/SAS/MS constante do Processo nº 25000.115009/2015-25/MS, possui o Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social (CEBAS), com validade até 29 de novembro de 2015, que atualmente encontra-se em tramitação junto ao Ministério da Saúde, para que seja renovado. A decisão final do processo anterior. Até a data de aprovação das demonstrações contábeis não foi julgado o pedido de aprovação de renovação do CEBAS junto ao Ministério da Saúde através do Requerimento de Renovação do CEBAS SISPAS nº 25000.196436/2015-19, estando o mesmo em processo de análise junto ao órgão competente. Em 30 de outubro de 2018 foi protocolado o pedido de renovação do CEBAS junto ao Ministério da Saúde através do Requerimento de Renovação do CEBAS SISPAS nº 25000.191938/2018-98, o qual se encontra aguardando decisão final do processo anterior. Até a data de aprovação das demonstrações contábeis não foi julgado o pedido de aprovação de renovação do CEBAS, que atualmente encontra-se em análise sob o Processo nº 25000.196436/2015-19. Conforme Decreto nº 8.242/2014, que

regulamenta a Lei nº 12.101/2009, fica determinado o seguinte: **"Art. 4º - Os requerimentos de concessão da certificação e de sua renovação deverão ser protocolados junto aos Ministérios da Saúde, da Educação ou do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, conforme a área de atuação preponderante da entidade, acompanhados dos documentos necessários à sua instrução, nos termos deste Decreto."** **"Art. 8º - O protocolo do requerimento de renovação da certificação será considerado prova de entrega até o julgamento do seu processo pelo Ministério certificador."** A administração do CEJAM e seus assessores jurídicos entendem que efetuaram todos os procedimentos obrigatórios, de acordo com a legislação vigente e dentro dos prazos legais, para ter deferimento do pedido de renovação do CEBAS e consideram legítimo o benefício da isenção previdenciária usufruída no exercício de 2020. Adicionalmente a administração do CEJAM entende que a renovação da certificação não é condição para a obtenção da renovação do CEBAS, e foi considerada pelo advogado terceiro como "provável" a obtenção da renovação do CEBAS pelo CEJAM. **26. Isenções Previdenciárias (Quota Patronal):** A entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A entidade, a título de demonstração, vem evidenciando nas contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal). A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2020 foi de R\$ 683.867,97 e está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma:

Isenções Previdenciárias Usufruídas		2020
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	(-) Isenção Usufruída	683.867,97
(-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento		(683.867,97)

A entidade atende todos os requisitos e exigências necessários à renovação do Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social (CEBAS), tendo observado os procedimentos requeridos pela legislação e aguarda decisão sobre seu processo de renovação SISPAS/MS nº 25000.196436/2015-19. **27. Tributos e Contribuições (Renúncia Fiscal):** **Imposto de renda e contribuição social:** em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal. **PIS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários. **COFINS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias. **Obtinação e entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.** • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base em nossa opinião, se as divulgações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado; da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 01 de abril de 2021. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP - 024298/O-3; Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior - Contador - CRC/RS - SP - 058.252/O-1 - CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04.**

Karinny Queinellato Sacramento - Diretora Técnica
Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis
Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim - Ambulatório Médico de Especialidades Olavo Silva Souza - Ame Itu, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros Assuntos: Auditoria do período anterior: O Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim - Hospital Ambulatório Médico de Especialidades Olavo Silva Souza - AME Itu,** iniciou a operacionalização do convênio em fevereiro de 2020. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas

contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração das demonstrações contábeis, a administração e o supervisor do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco

Execução Técnica do Contrato de Gestão 241690/12019														
Consultas Médicas	1º Sem/2020		2º Sem/2020		Total 2020		1º Sem/2020		2º Sem/2020		Total 2020			
	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.		
Primeiras Consultas Rede	9210	4167	11052	8322	20262	12489	-38,36	4500	4954	5400	5136	9900	10090	1,92
Interconsultas	1500	2968	1800	1992	3300	4960	50,30	3750	2701	4500	4154	8250	6855	-16,91
Consultas Subseqüentes	10715	12001	12858	13567	23573	25568	8,46	8250	7655	9900	9290	18150	16945	-6,64
Total	21425	19136	25710	23881	47135	43017	-8,74							
Cirurgia Ambulatorial Maior (CMA)														
Cirurgias ambulatoriais CMA														
Total														
Cirurgia Ambulatorial Menor (CMA)														
Cirurgias ambulatoriais cma														
Total														
SADT Externo														
Diagnóstico por Anatomia Patológica e Citopatológica														
Diagnóstico por Radiologia														
Diagnóstico por Ultra-Sonografia														
Métodos Diagnósticos em Especialidades														
Total														

Ouvidoria

Exercite sua cidadania

A Imprensa Oficial, em sua constante busca por qualidade e transparência, disponibiliza um canal direto de comunicação com a sociedade.

[www. imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br)

io ouvidoria

ouvidoria@imprensaoficial.com.br
 Rua da Mooca, 1921
 Cep: 03103 - 902 São Paulo
www.imprensaoficial.com.br/ouvidoria.aspx
 (11) 2799 9687

Imprensa Oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO